

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.451 - MS (2018/0161024-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ALAOR NOGUEIRA
ADVOGADO : LUÍS HIPOLITO DA SILVA - MS005258
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : MÁRCIO ANDRÉ BATISTA DE ARRUDA E OUTRO(S) - MS007927

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por ALAOR NOGUEIRA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"EMENTA – RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRISÃO INDEVIDA – RÉU EM LIVRAMENTO CONDICIONAL – NEGLIGÊNCIA NA BAIXA DO MANDADO DE PRISÃO – INJUSTA VIOLAÇÃO À LIBERDADE – ALGUMAS HORAS – QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DEVIDA – RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO EM PARTE PROVIDO E RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.

I – A comprovação de omissão culposa - imprudência, imperícia ou negligência - da Administração Pública, para que fique configurada a obrigatoriedade da indenização estatal, restou comprovada, no particular, em que não houve comando judicial determinando o recolhimento de mandado de prisão, não obstante a ausência de qualquer motivo para a sua manutenção.

II – A indenização não deve ser em valor ínfimo, nem tão elevada que torne desinteressante a própria inexistência do fato. Atenção às particularidades das circunstâncias fáticas e aos precedentes da Corte, na manutenção de equivalência de valores entre lides de semelhante natureza de fato e de direito. Indenização fixada na sentença merece ser reduzida.

III – Ao estabelecer a majoração da verba honorária em sede recursal, observado o limite fixado pelos §§2º e 6º do art. 85, o novo CPC busca, além de remunerar o profissional da advocacia do trabalho realizado em sede recursal, já que a decisão recorrida arbitraré honorários pelo trabalho até então realizado, desestimular a interposição de recursos infundados ou protelatórios" (fl. 131e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea c do permissivo constitucional, requer a parte recorrente que "seja admitido o recurso especial e majorado o quantum indenizatório, pois, a redução drástica ocorrida no Tribunal de

Justiça de Mato Grosso do Sul, tornou o valor ínfimo, e fora dos parâmetros aplicados pelo Egrégio Tribunal de Justiça para caso tais" (fl. 181e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 219/225e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 227/231e), foi interposto o presente Agravo (fls. 237/258e).

Apresentada a contraminuta a fls. 333/335e.

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, constata-se que as razões do Recurso Especial não indicaram, com precisão, os dispositivos de lei federal que supostamente teriam sido violados pelo julgado recorrido, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA LEI FEDERAL VIOLADA. SÚMULA 284/STF. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. FCVS. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. **É inviável o recurso especial em que o recorrente não indica efetivamente quais os dispositivos de lei federal foram violados, para sustentar sua irresignação. Incidência da Súmula 284 do STF.**

2. Ademais, entendeu o Tribunal de origem que o contrato seria de natureza estritamente privada, celebrado entre a instituição financeira e o mutuário, não estando em discussão cláusula do FCVS.

Rever esse entendimento, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 59.135/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 25/09/2012).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA. OCUPAÇÃO DE BEM PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. **O Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea 'a' do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.**

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua

interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional.

3. Ainda que superados tais óbices, a instância de origem decidiu a controvérsia, no que tange à concessão de moradia especial, com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, observa-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.'

4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 123.219/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2012).

Registre-se que a Corte Especial do STJ consolidou o entendimento de que a ausência de indicação do dispositivo legal violado torna incabível o conhecimento do recurso, tanto pela alínea **a** como pela alínea **c** do permissivo constitucional, **in verbis**:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'A inépcia da petição inicial, escorada no inciso II do parágrafo único do artigo 295 do Código de Processo Civil, se dá nos casos em que se impossibilite a defesa do réu ou a efetiva prestação jurisdicional' (REsp 1.134.338/RJ, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 29/9/11).

2. Hipótese em que a petição inicial, além de descrever de forma objetiva os fatos (candidato inscrito em concurso público que, aprovado nas fases iniciais, foi obstado de continuar no certame por não lograr êxito no teste psicotécnico), informa o direito subjetivo supostamente ofendido, ensejador do *writ*, sem causar qualquer espécie de embaraço à defesa do réu ou à efetiva prestação jurisdicional, tanto assim que o pedido foi julgado procedente.

3. Nos termos do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal, é cabível a interposição de recurso especial quanto o acórdão recorrido 'der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal'.

4. 'Para que se caracterize o dissídio, faz-se necessária a demonstração analítica da existência de posições divergentes sobre a mesma questão de direito' (AgRg no Ag 512.399/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 8/3/04).

5. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados '[é] imprescindível

a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c' (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Corte Especial, DJe 17/12/09).

6. Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea 'c' do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios *jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius*, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial.

7. A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial.

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora